

Reportagem Especial

MUDANÇA NA SEGURANÇA

Policiais defendem o fim da PM

Soldados, cabos e sargentos querem desmilitarização para que seja criada uma nova polícia. Proposta tramita no Senado

Michelli Possmozer

O fim da Polícia Militar para dar lugar à criação de uma nova polícia é defendido por cabos, soldados e sargentos da corporação em todo o País.

Pode parecer contraditório os próprios policiais serem a favor da desmilitarização. Mas, segundo o presidente da Associação de Cabos e Soldados do Espírito Santo (ACS-ES), Flávio Gava, a organização militar gera insatisfação entre os que ingressam na corporação como praças, principalmente, cabos, soldados e sargentos.

A desmilitarização é um dos pontos defendidos pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51/2013, que hoje tramita no Senado e propõe ainda o fim da divisão do trabalho policial, em que a Polícia Civil investiga, enquanto a Polícia Militar realiza o policiamento preventivo. Segunda a proposta, toda polícia deve ser de natureza civil e realizar o ciclo completo, que é prevenir e investigar.

De acordo com Gava, cerca de 95% dos praças apoiam a PEC 51, que também sugere a carreira única nas polícias, o que acabaria com a divisão entre praças e oficiais.

“O fato de não existir uma carreira única cria um monte de conflitos internos nas instituições. Na carreira única, a hierarquia permanece, só que ela é baseada numa quantidade menor de postos. Além disso, só vai haver uma porta de entrada para a carreira policial, diferentemente do que ocorre hoje, pois há dois concursos públicos para entrar na mesma instituição”.

Mudanças na Polícia Civil

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51/2013 também prevê mudanças na Polícia Civil e na Polícia Federal, pois determina carreira única para todas as polícias.

Atualmente, o delegado de polícia, tanto na Polícia Civil quanto Polícia Federal, começa a carreira após passar em um concurso público para delegado. Ou seja, o agente ou investigador só consegue chegar à condição de delegado se passar neste concurso público.

Com a proposta, quem entrou para as polícias Federal ou Civil como agente, por exemplo, pode chegar à condição de delegado por mérito ou por tempo de serviço.

Para o diretor do Sindicato dos Policiais Cíveis (Sindipol), Jorge Emílio Leal, a proposta é positiva.

O vice-presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais



FERNANDO RIBEIRO

PRESIDENTE da Associação de Cabos e Soldados do Espírito Santo (ACS-ES), Flávio Gava acredita que a organização militar gera insatisfação entre praças, principalmente, cabos, soldados e sargentos. Segundo Gava, cerca de 95% dos praças apoiam a PEC 51, que também sugere a carreira única nas polícias

O diretor jurídico da Associação Nacional de Praças, sargento Jean Ramalho Andrade, afirmou que a maioria dos praças no País é favorável à PEC 51.

“Somos a favor da criação de uma polícia estadual, que vai ter o braço ostensivo e investigativo, só que num único corpo. Ainda que se possa ter hoje um trabalho conjunto entre Polícia Civil e Polícia Militar, ainda fica muito aquém do desejado pela sociedade”.

O professor de Direito Penal Clécio Lemos também defende a desmilitarização e a carreira única na polícia. “A estrutura militarizada provoca uma mentalidade de dominação, patente baixa obedece patente alta, e qualquer tentativa de mudar isso gera alta repressão. Isso é ruim para os policiais de patentes baixas (que são a imensa maioria), porque são docilizados de forma ameaçadora”.

PEC 51/2013 Proposta sugere mudança radical nas polícias

Desmilitarização

A polícia militar deixa de existir para dar lugar a uma nova polícia, estadual e civil. O Corpo de Bombeiros também deixa de ser militar e continua a executar as atividades da defesa civil.



Polícias

A proposta dá autonomia aos estados e municípios para decidir qual modelo de policiamento adotar, com a condição de que a mesma polícia faça o policiamento ostensivo e de investigação.

Modelos

A PEC 51 diz que os estados podem formar suas polícias pelo critério territorial, tipo criminal ou por combinação de ambos.

POR TERRITÓRIO:

A exemplos, o estado poderia criar a Polícia Unificada Civil Estadual, para atuar em toda a extensão territorial do Estado, e uma Polícia Metropolitana, para atuar apenas na região metropolitana do Estado.

POR INFRAÇÃO PENAL:

Poderia haver três tipos de Polícia Unificada Civil Estadual, sendo uma contra os crimes de pequeno potencial ofensivo, outra para crime organizado e outra para os demais crimes.

DESMILITARIZAÇÃO



UNIFICAÇÃO

A PEC 51 se refere à unificação do ciclo de trabalho policial, mas não determina que as atuais Polícias Cíveis e Militares sejam uma só. Poderão ser criadas novas polícias, de natureza civil e ciclo único.

O QUE MUDA COM A PEC 51

Crime e Investigação

> **O MESMO** policial que cuida de uma ronda e testemunha um assassinato se responsabiliza pela investigação e encaminha o processo ao MP. Hoje a investigação é feita apenas pela Polícia Civil.

Carreira única

> **PASSA** a existir apenas uma porta de entrada para a carreira policial. Hoje, o cidadão pode entrar na polícia como praça por meio de concurso público para soldado ou na carreira de oficial, através do Curso de Formação de Oficiais (CFO).

Guardas municipais

> **AS GUARDAS** municipais poderão ser convertidas, a critério de cada prefeito, em polícias municipais, de ciclo completo e de natureza civil.

Fiscalização

> **PROPÕE** a criação de uma ouvidoria externa, que não esteja vinculada à instituição policial. Hoje os policiais são fiscalizados pelas corregedorias e MP.

POLÊMICAS

“A PEC deixa à deriva um corpo policial de quase 500 mil policiais inativos, pois não altera o artigo 42 da constituição, que dispõe sobre os militares”

“A PEC não extingue o inquérito policial criado em 1871. Enfim, teremos nomes bonitos, mas a prática continuará a mesma que gera impunidade”

“A ouvidoria seria um super órgão acima das chefias de polícia e do próprio governador, criando um duplo comando administrativo”



Coronel da reserva remunerada da PMES Júlio Cezar Costa, Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Reportagem Especial

MUDANÇA NA SEGURANÇA

“Toda polícia deve investigar e prevenir”

O ex-secretário nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares acredita que a cultura militar é um problema para a sociedade.

A partir da ideia de um ciclo de trabalho policial unificado, Soares participou da criação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51/2013, que tramita no Senado.

Soares, que é doutor em Antropologia e Ciências Políticas, professor universitário e autor de 20 livros, aceitou o convite da reportagem de **A Tribuna** para explicar por que a aprovação da PEC 51 seria positiva para a segurança pública no País.

A TRIBUNA – Por que a PEC 51 é boa para o País?

LUIZ EDUARDO – A União e os municípios poderão assumir mais responsabilidades, na segurança pública, e será transformado o modelo policial brasileiro, único no mundo e reprovado por mais de 70% dos policiais e demais profissionais da segurança pública, em todo o País.

O modelo vigente determina que a polícia ostensiva seja militar,

“A imensa maioria dos desafios enfrentados pela polícia ostensiva exige estratégias inviáveis na estrutura militar”

Dois dos três senadores do Estado apoiam a proposta

Entre os três senadores que representam o Estado em Brasília, o senador Magno Malta (PR-ES) e a senadora Ana Rita (PT-ES) apoiam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51/2013.

Malta e Rita estão entre os 32 senadores que assinaram a PEC 51, criada pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e apresentada no último mês de setembro no Senado.

A senadora Ana Rita, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, disse que é a favor da desmilitarização e que a proposta deve passar pela comissão.

Magno Malta afirmou que apoia a PEC, mas ressaltou que é preciso um estudo mais aprofundado da proposta. Já Ferrazo disse ser contrário à PEC 51 porque ela propõe mudanças muito radicais.

A PEC 51 está em discussão na Comissão Especial de Segurança Pública do Senado, junto a outros projetos que tramitam na Casa sobre o mesmo tema.

A comissão foi criada no dia 2 de outubro do ano passado, com o objetivo de construir uma proposta de novo modelo de segurança pública para o País que deverá ser apresentado no mês que vem.

força reserva do Exército. Por outro lado, em cada estado, as polícias civis e militares, na verdade, são quatro universos sociais e profissionais distintos. Isso porque há a polícia militar dos oficiais e dos não-oficiais (os praças) e a polícia civil dos delegados e dos não-delegados (agentes, detetives, inspetores, escrivães, etc).

A PEC propõe que toda polícia deve investigar e prevenir. Propõe também a carreira única no interior de cada instituição policial e que toda polícia seja civil.

> Como seria essa transição?

A transição para o novo modelo dar-se-ia ao longo de muitos anos, respeitando-se todo direito adquirido de todos os trabalhadores policiais, inclusive, é claro, dos que hoje são militares.

O processo seria conduzido pelos estados, que criariam suas novas polícias de acordo com suas necessidades. A transição seria negociada e levada a cabo com transparência e acompanhamento da sociedade.

> Por que a desmilitarização é o melhor caminho?

O melhor formato organizacional é aquele que melhor serve às finalidades da instituição. Portanto, só seria racional reproduzir na polícia o formato do Exército se as finalidades de ambas as instituições fossem as mesmas. Não é o caso.

O Exército destina-se a defender o território e a soberania nacionais. A função da PM é garantir os



LUIZ EDUARDO SOARES ajudou a elaborar proposta de mudança na PM

direitos dos cidadãos, prevenindo e reprimindo violações. Os confrontos armados são as únicas situações em que haveria alguma semelhança com o exército, ainda que mesmo aí haja diferenças significativas. De todo modo, equivalem a menos de 1% das atividades que envolvem as PMs.

Não faria sentido impor a toda a instituição um modelo organizacional adequado a atender 1% de suas atribuições. A imensa maioria dos desafios enfrentados pela polícia ostensiva exige estratégias inviáveis na estrutura militar.

O QUE DIZEM OS SENADORES CAPIXABAS

JUSSARA MARTINS - 10/08/2013



“Eu apoio a PEC 51. Não tenho como afirmar a posição da maioria, mas certamente essa proposta vai demandar muitas audiências públicas, pois é um debate muito complexo”

Senadora Ana Rita (PT-ES)

“Apoio a proposta e acredito que ela merece toda a atenção. Já formei uma comissão para estudar a PEC 51, com especialistas em Segurança Pública, delegados, juízes e promotores”

Senador Magno Malta (PR)



AGÊNCIA SENADO - 27/08/2013



“O meu voto é contra. Acredito que as polícias podem e devem trabalhar de forma integrada, mas em razão de um processo cultural, não acho que a PEC 51 seja bem-sucedida”

Senador Ricardo Ferrazo (PMDB-ES)

DIVULGAÇÃO

“Corporações militares tendem a ensejar culturas cujo eixo é a ideia de que segurança implica luta contra 'o inimigo'”

autoridade?

A PEC não propõe unificação nem somente uma alteração do modo de agir da PM. Quanto aos abusos e à corrupção, engana-se quem defende hierarquia rígida e regimentos disciplinares draconianos. Se funcionassem, não haveria tanta corrupção e brutalidade nas PMs.

Eficazes são o sentido de responsabilidade, a qualidade da formação e o orgulho de sentir-se valorizado pela sociedade. Além de tudo, corporações militares tendem a ensejar culturas belicistas, cujo eixo é a ideia de que segurança implica luta contra “o inimigo”. Não raro essa figura é projetada sobre o jovem pobre e negro. Uma polícia ostensiva preventiva para a democracia tem de cultivar a ideia de serviço público com vocação igualitária, radicalmente avesso ao racismo e à criminalização da pobreza.

> Que modelo de polícia o senhor acredita que deveria ser implantado no Espírito Santo?

Pessoalmente, optaria pelo modelo que sugere polícias municipais nas maiores cidades, voltadas para os crimes de pequeno potencial ofensivo. Uma polícia estadual cuidando dos demais tipos criminais e de todos eles, nos municípios pequenos. E uma polícia especializada em crime organizado. Todas civis, de ciclo completo e carreira única, vale insistir.

Tramitação Os caminhos da PEC

1 APRESENTAÇÃO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) criada no Senado, para ser apresentada, precisa ter **27 assinaturas**, ou seja, um terço do número de senadores. Em seguida, a proposta vai ser lida em plenário para depois ser despachada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



2 COMISSÃO

A comissão vai analisar a PEC, para avaliar se a proposta é ou não constitucional. A comissão tem um prazo de **30 dias** para emitir o parecer. Em seguida, a proposta vai para discussão no plenário.



3 PLENÁRIO

A proposta vai ser discutida e votada em dois turnos. Nas duas votações, a PEC precisa de aprovação de pelo menos **3/5** do número de senadores.



PRIMEIRO TURNO

No primeiro turno, são realizadas cinco sessões de discussão, onde qualquer senador pode oferecer emendas. Para cada emenda ser aceita, também são necessárias **27 assinaturas**.

SE HOUVER EMENDAS, a PEC volta para a CCJ, que vai analisar as alterações. Após o parecer da CCJ sobre as emendas, a PEC volta ao plenário para votação em primeiro turno.

SE NÃO TIVER EMENDAS, vai direto para votação.

SEGUNDO TURNO

No segundo turno, são realizadas três sessões de discussão. Poderão ser oferecidas emendas, só que elas só podem sugerir alterações na redação da proposta. Ou seja, as emendas não podem propor mudanças no conteúdo da PEC.

SE HOUVER EMENDAS de redação, volta para a CCJ. Após o parecer da comissão, a PEC volta ao plenário para votação em segundo turno.

SE NÃO TIVER EMENDAS, a proposta vai direto para votação em segundo turno.

CASO SEJA APROVADA, a proposta é remetida para a Câmara dos Deputados.

Reportagem Especial

MUDANÇA NA SEGURANÇA

PM diz que proposta é superficial

PEC 51/2013 não diz qual o modelo de polícia a ser adotado e deixa a critério dos estados essa decisão, afirma tenente-coronel

A pesar de concordar que a mesma polícia que previne o crime deve também investigá-lo, o tenente-coronel da PMES José Augusto Piccoli de Almeida não concorda com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51/2013, que atualmente tramita no Senado e propõe a desmilitarização das polícias.

Isso porque, para o oficial, que trabalha na Diretoria de Apoio Logístico da Polícia Militar e foi designado pelo governo do Estado

para falar sobre o assunto, a proposta não trata com profundidade os problemas que atingem a Segurança Pública no País.

“Acredito que a PEC 51 foi simplista e superficial. Primeiro, porque ela não diz qual o modelo de polícia a ser adotado e deixa a critério dos estados essa decisão”.

Para o tenente-coronel, é um equívoco tentar copiar no Brasil o mesmo modelo de independência que os estados e municípios norte-americanos têm sobre as polícias.

“Na América do Norte, que é uma confederação, os estados são independentes, mas aqui todos os estados se subordinam a uma república federativa. Logo, é um equívoco deixar a cargo de cada governador e cada prefeito a responsabilidade de criarem suas polícias”, ressaltou.

Almeida também desconfia do



TENENTE-CORONEL José Augusto Piccoli de Almeida acredita a proposta de reestruturação da PM é eleitoreira

momento político em que a PEC 51 foi trazida à pauta. A proposta foi apresentada em setembro do ano passado, dois meses depois das repressões violentas da Polícia Militar contra manifestantes em São Paulo. Após a ação da PM paulista, manifestações de repúdio à violência da Polícia Militar ocorreram em todo o País.

Para o oficial, a perspectiva da PEC 51 é eleitoreira porque agrada

aos policiais que ingressaram na PM como praças, maioria do efetivo militar que é favorável à existência de uma carreira única.

“O discurso de carreira única proposto na PEC é politiquero, porque abrange massa. A massa é colégio eleitoral e se vai agradar à massa, vai trazer voto”, defende.

COMPETÊNCIA

Ainda na opinião de Almeida, a

melhor forma de avaliar a competência do profissional é por meio do concurso público. Segundo o oficial, grande parte dos que ingressam na carreira de oficiais entrou primeiro na PM como praça. “Na última seleção, dos 22 que passaram no Curso de Formação de Oficiais, 11 eram soldados”.

Almeida diz que o debate deve envolver toda a sociedade civil e não apenas o Congresso Nacional.

OPINIÕES

“Traz muitos avanços”

“A PEC 51 traz muitos avanços e torna a polícia mais cidadã. Mas impõe mudanças tão profundas que, sem um debate com as lideranças das polícias, corre-se o risco de haver dificuldades na implantação da proposta.”



Juiz Sérgio Ricardo de Souza, presidente da Amages

“Uma só polícia”

“Sou favorável à existência de uma só polícia. Mas onde ficariam os militares que estão na ativa? Será que municípios e estados têm condições de arcar com tal autonomia? Há dúvidas de como seria essa transição.”



Sócrates de Souza, procurador de Justiça do MPES

“Ciclo completo”

“Sou a favor da desmilitarização da polícia no País. A PEC 51 deixa aos estados a responsabilidade de organizar as suas polícias e cria o ciclo completo. Concordo com a proposta.”



Cássio Rebouças de Moraes, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB

“Maneira pacífica”

“Segurança pública deve ser feita de maneira pacífica e em respeito às garantias individuais, caso contrário, caímos na violência como regra. Não dá para ter um policiamento responsável enquanto os policiais forem treinados na lógica da ‘faca na caveira’.”



Clécio Lemos, advogado criminal

“Precisa ser revisto”

O foco da desmilitarização é que a polícia é violenta, mas não é verdade. O modelo policial precisa ser revisto, pois a ‘meia polícia’ só existe no Brasil. A solução não é desmilitarizar.”



Coronel Marcos Aurelio Capita da Silva, presidente da Associação dos Oficiais Militares do ES

“Pouco investimento”

“Cria-se o pano de fundo da desmilitarização, quando o cerne do problema está no pouco investimento em Segurança Pública e na ausência de um ciclo completo de polícia.”



Coronel Marlon Jorge Teza, presidente da Federação Nacional dos Oficiais Militares Estaduais

AS POLÍCIAS NO MUNDO

BRASIL E TURQUIA

Segundo literatura internacional do final da década de 1990, apenas as polícias da Turquia e do Brasil não realizam o ciclo completo, com policiamento ostensivo e de investigação.

HOLANDA

São 142 polícias municipais

A organização da polícia é civil e está vinculada ao burgomestre (prefeito). São 142 polícias municipais (Gemeentepolitie) e uma polícia de Estado (Rijkspolitie).



ORGANIZAÇÃO da polícia é civil na Holanda e é vinculada aos prefeitos

ALEMANHA



PRISÃO na Alemanha: 3 federais

São 15 polícias estaduais

Cada Land (Estado) dispõe de sua própria polícia. São 15 polícias estaduais de natureza civil. Já as polícias federais são três: Bundeskriminalamt (Departamento Federal de Polícia Criminal), Bundesgrenzschutz (Polícia Federal das Fronteiras) e Bundes für Verfassungsschutz (Departamento Federal de Proteção da Constituição).

CANADÁ



POLICIAIS canadenses em ação

A organização é militar

A organização da polícia é militar, mas a investidura é de natureza civil, ou seja, os policiais ingressam na carreira policial por meio de concurso público.

Existe a polícia federal, que é a Real da Polícia Montada do Canadá (RCMP), que também atua em nível municipal e provincial (Estado) e cuida de crimes federais. As polícias provinciais e cerca de 450 corpos de polícia municipais.

ESTADOS UNIDOS

O país tem cerca de 23 mil polícias

O governo federal controla a Guarda Nacional (usada em calamidades); o Federal Bureau of Investigation (FBI); o Departamento Anti-Drogas, que é o Drug Enforcement Administration (DEA); e a National Security Agency (NSA), que é a Agência Nacional de Segurança.

CADA ESTADO da União possui uma polícia estadual sob autoridade do governador. Os estados são divididos em municípios e condados (distritos).

NOS CONDADOS, a polícia é chefiada pelo xerife, que é eleito pela comunidade. Já nos municípios, há o comissário de polícia e o chefe de polícia. Cada mu-

FRANÇA, ITÁLIA, PORTUGAL E ESPANHA

Polícias Militar e Civil

Possuem um sistema dualista, com Polícia Militar e Polícia Civil. Na França, por exemplo, a Polícia Nacional é Civil e só polícia cidades com mais de 45 mil habitantes; e a Gendarmaria Nacional é Militar, uma arma do exército francês que exerce função de polícia. Na Itália e na França, as polícias municipais não são levadas em conta, pois só vigiam o trânsito e os mercados e aplicam regulamentos municipais.



POLÍCIA francesa durante ronda



NOS EUA, estados têm polícia

nício e condado podem possuir uma polícia, cujo efetivo varia de dois agentes até vários milhares, como é em Nova York e Chicago. Em Nova York, o efetivo tem cerca de 38 mil homens e mulheres. As polícias nos condados e municípios ficam sob autoridade do prefeito.